

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 08/2014**

Período: 22/03/2014 – 28/03/2014

GEDES – Brasil

- 1- Coronel reformado depôs sobre a Casa da Morte de Petrópolis à Comissão Nacional da Verdade
- 2- Capitão que abandonou o Exército narrou a luta contra o regime militar
- 3- Folha promoveu debate sobre a tomada de poder pelos militares
- 4- Forças Armadas atuam em favelas do Rio de Janeiro
- 5- Marcha da Família com Deus Pela Liberdade teve reedição
- 6- Lei da Anistia possui defensores e críticos no plano nacional
- 7- Historiador comenta equívocos recorrentes no ensino sobre o regime militar
- 8- Pesquisador afirma que país continua “refém” das forças do regime militar
- 9- Forças Armadas atrapalham apurações sobre o regime militar
- 10- Edição especial da *Folha* analisa regime militar
- 11- Contracultura durante o regime militar
- 12- Brasília durante o regime militar
- 13- Dificuldades na investigação da morte de Anísio Teixeira
- 14- Primeiras unidades do blindado Guarani foram entregues
- 15- Fernando Henrique Cardoso avaliou o ambiente político que precedeu o golpe de 1964
- 16- A tortura durante o regime militar
- 17- Delegado Dirceu Gravina não comparece em depoimento à Comissão da Verdade
- 18- Colunista afirmou que a esquerda de 1964 era “uma ilusão”
- 19- Evento em homenagem a Zuzu Angel está programado em São Paulo
- 20- Segundo jurista, regime militar não foi uma “ditadura”
- 21- Apoio estadunidense aos militares em 1964
- 22- Resquícios de 1964 em 2014
- 23- Projeto “Opening the Archives” disponibilizou documentos sobre o regime militar
- 24- Periódico traça a evolução da participação política dos militares antes de 1964
- 25- Ministro da Defesa fez declarações sobre as Forças Armadas
- 26- General da reserva foi entrevistado pela *Folha de S. Paulo*
- 27- Coluna opinativa critica movimentos de esquerda da época do regime militar
- 28- Militares são acusados de venda de munição a facção criminosa paulista

1- Coronel reformado depôs sobre a Casa da Morte de Petrópolis à Comissão Nacional da Verdade

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o coronel reformado Paulo Malhães foi intimado pela Polícia Federal a prestar depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV), referente à ocultação dos restos mortais de vítimas do regime militar (1964-1985). Malhães relatou que as vítimas da chamada Casa da Morte de Petrópolis, na cidade do Rio de Janeiro, eram mutiladas e jogadas no rio. De acordo com o coordenador da CNV, Pedro Dallari, o coronel afirmou que o Ministério do Exército possuía conhecimento dos

acontecimentos em Petrópolis, contrariando a versão “sempre repetida por militares, de que as violações de direitos humanos decorriam de excessos de alguns agentes”. Na década de 1990, o ex-sargento Marival Chaves, que também atuou na Casa da Morte, afirmou que os corpos das vítimas eram “esquartejados e enterrados aos pedaços”, divergindo do relato de Malhães. No primeiro depoimento, o coronel reformado assumiu participação na operação que levou ao desaparecimento dos restos mortais do ex-deputado federal Rubens Paiva. De acordo com a *Folha*, estima-se que até 24 presos políticos tenham morrido na Casa, local que foi mantido pelo Exército de maneira clandestina. O *Estado* afirmou que o coronel foi responsável, em 1970, pela “operação limpeza” que tinha como objetivo desaparecer com os corpos dos militantes de esquerda mortos na Guerrilha do Araguaia (1972-1974). De acordo com Malhães, os procedimentos seguidos foram os mesmos utilizados para o desaparecimento de opositores do regime militar em áreas urbanas. Além disso, o coronel reformado depôs sobre sua atuação no Centro de Informações do Exército (CIE). Num primeiro momento, o depoimento foi recolhido em sua própria residência, onde ele recebeu uma integrante e um assessor da CNV. Em dois encontros foram recolhidas 17 horas de depoimento. Para o presidente da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, o advogado Wadih Damous, só será possível testar a veracidade do depoimento de Malhães caso o Estado brasileiro se pronuncie oficialmente a respeito. Durante o depoimento, Malhães afirmou que o coronel do Exército Freddie Perdigão foi o responsável pelo assassinato do jornalista Alexandre Von Baumgarten, morto a tiros e cujo corpo foi jogado no mar. O jornalista fazia parte da “Operação O Cruzeiro”, orquestrada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), objetivando melhorar a opinião pública em relação ao governo. Baumgarten “atuava à frente da revista a mando do SNI, que se encarregava de extorquir publicidade para a publicação e lhe dar dinheiro diretamente. O novo O Cruzeiro não resistiu ao fracasso editorial, e Baumgarten, sob ameaça, foi obrigado pelo SNI a vendê-lo”. De acordo com a *O Estado*, no depoimento à CNV, realizado no dia 25/03/14 no Arquivo Nacional, Malhães recuou dizendo que não se livrara do corpo de Paiva, por ter sido designado para outras tarefas. Malhães foi questionado por Dallari sobre abusos sexuais cometidos contra presas políticas, revelando que “se houve, foi um ou dois casos”, mas que ele nunca cometeu. Para José Carlos Dias, integrante da CNV, “foi um depoimento importante. Ele acabou por reconhecer que é um torturador. Poucas vezes tivemos a confissão de um torturador como ele fez, justificando que tinha que torturar um inimigo”. Segundo a *Folha*, Dallari afirmou, no entanto, que as declarações de Malhães não serão aceitas isoladamente, pois o colegiado não procura formar convicções com base em apenas uma fonte, ainda mais considerando o fato do coronel reformado ter “oscilado muito no que relata”. De acordo com Dallari, o general reformado José Antonio Nogueira Belham, convidado a depor no dia 01/04/14 na Câmara dos Deputados, poderia auxiliar no esclarecimento das contradições apresentadas no depoimento de Malhães. Segundo *O Estado*, diante do depoimento de Malhães, a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro declarou, no dia 26/03/14, que estuda uma forma de recorrer à Justiça para que o Exército colabore compulsoriamente com as investigações sobre o paradeiro de desaparecidos políticos. No caso específico do desaparecimento de Paiva, Damous afirmou que “o Exército tem que vir a público e esclarecer o que aconteceu. Não é pedir documento A, B, C ou D. É de se presumir que não haja mais documento. Agora é fazer pergunta

direta: o corpo de Rubens Paiva foi jogado no rio?”. De acordo *O Estado*, o procurador da República Sérgio Suiama, integrante do Grupo de Trabalho Justiça de Transição, afirmou que o Exército, além de demorar, fornece informações incompletas ou contraditórias ao que havia informado. Segundo Suiama, não se espera mais ter o paradeiro de presos políticos, “o que a gente gostaria é que o Exército cumprisse a lei e fornecesse as informações requeridas”. (Folha de S. Paulo – Poder – 22/03/14; Folha de S. Paulo – Poder – 26/03/14; Folha de S. Paulo – Poder – 26/03/14; Folha de S. Paulo – Poder – 27/03/14; O Estado de S. Paulo – Política – 24/03/14; O Estado de S. Paulo – 25/03/14; O Estado de S. Paulo – Política – 25/03/14; O Estado de S. Paulo – Poder – 26/03/14; O Estado de S. Paulo – Política – 27/03/14)

2- Capitão que abandonou o Exército narrou a luta contra o regime militar

Em depoimento concedido ao jornal *Folha de S. Paulo*, o ex-capitão do Exército Darcy Rodrigues afirmou ter saído da instituição no ano de 1969 para lutar contra o regime militar (1964-1985). Quando da renúncia do então presidente da República, Jânio Quadros (1961), e a tentativa de golpe contrário à posse do vice-presidente da República, João Goulart, Rodrigues relatou que a conspiração passou a ser marcante dentro do Exército. Antes de sua retirada, a transferência para o regimento de Quitaúna, na cidade de Osasco, no estado de São Paulo, fez com que o coronel conhecesse o então oficial Carlos Lamarca, levando a uma parceria de luta contra o governo. Em 1969, Rodrigues e Lamarca, já fora do Exército, direcionaram-se a um esconderijo, de onde partiriam para zona rural. Entretanto, segundo Rodrigues, tal ação não se concretizou, levando-o a direcionar-se para luta urbana, fazendo parte das ações da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). No período, ocorreram debates sobre a fusão entre a VPR e o Comando de Libertação Armada (Colina)–Em abril de 1970 Rodrigues foi preso e torturado, libertado posteriormente em troca do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben. (Folha de S. Paulo – Poder – 22/03/14)

3- Folha promoveu debate sobre a tomada de poder pelos militares

O periódico *Folha de S. Paulo* promoveu, no dia 24/02/14, um debate na cidade de São Paulo com a temática do cinquentenário da tomada de poder pelos militares (1964). O evento contou com a participação do general da reserva, professor emérito e ex-comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Luiz Rocha Paiva, a diretora da revista “Pesquisa Fapesp” e ex-militante da Ação Popular, Mariluce Moura, e o professor de História da Universidade Federal de Minas Gerais, Rodrigo Patto Sá Motta. A *Folha* informou que o editor do caderno “Poder”, Ricardo Balthazar, foi o responsável pela mediação da mesa. No debate, os convidados concordaram que através do regime militar (1964-1985) houve uma modernização na economia do país, mas discordaram em outros aspectos. Mariluce recordou que mesmo grávida foi presa e torturada, e que seu marido, Gildo Macedo Lacerda, foi assassinado em decorrência da tortura sofrida num quartel do Exército em 1973. Já o general Paiva defendeu enfaticamente o regime e listou nomes de pessoas que morreram em razão de ações da luta armada e “que nunca são lembradas ou indenizadas”. O professor Motta argumentou que o país se modernizou durante

o regime militar do ponto de vista econômico, tecnológico e industrial, mas ressaltou que essa modernização poderia ser alcançada em um regime democrático. (Folha de S. Paulo – Poder – 22/02/14; Folha de S. Paulo – Poder – 26/03/14)

4- Forças Armadas atuarão em favelas do Rio de Janeiro

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 21/03/14, a presidenta da República, Dilma Rousseff autorizou o envio de tropas federais à cidade do Rio de Janeiro com objetivo de prestar assistência à cidade no combate aos ataques recorrentes a sedes das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). *O Estado* recordou que os militares participaram da segurança pública da cidade em outras ocasiões, como a Eco-92 e a Rio+20, ambas situações nas quais o Rio de Janeiro recebeu chefes de Estado de outros países. Segundo o periódico, o pedido de Sérgio Cabral, governador do estado do Rio de Janeiro, desagradou oficiais das Forças Armadas, que embora já estivessem contando com a entrada no Rio de Janeiro em maio para permanecer até julho, realizando a segurança no período pré e pós Copa do Mundo, consideraram a antecipação do desembarque um problema. As Forças Armadas ocuparão o Complexo de favelas da Maré, onde permanecerão, no mínimo, até o dia 31/07/14, com objetivo de reforçar a segurança até o final da Copa. A intervenção das Forças Armadas será desenvolvida com base no Manual de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) lançado pelo Ministério da Defesa, e será composta pelo Exército, pela Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e as polícias Civil e Militar do estado. Através do decreto da GLO, foi atribuído ao Exército o poder de polícia para atuar na região. O Manual, que foi criticado por seu forte caráter militarista, será aplicado pela primeira vez, decidindo como será seu uso no futuro. O Coordenador-geral do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, Claudio Beato, argumentou que o real motivo do encaminhamento do Exército às ruas foi a proximidade da Copa do Mundo de 2014, sendo os ataques às UPPs apenas “um pretexto”. Segundo o *Correio*, a pacificação da cidade do Rio de Janeiro deve acontecer de forma a atender às necessidades dos moradores por “acesso a serviços públicos de qualidade”, ao invés de responder às urgências impostas pela realização da Copa do Mundo. O *Correio* afirmou que a presença das forças de segurança apenas perpetua um estado de tensão e que o crime organizado deveria ser combatido pelo serviço de inteligência do estado. De acordo com *O Estado*, a Procuradoria de Justiça Militar do Rio formou, no dia 26/03/14, uma comissão com cinco integrantes com objetivo de aumentar o controle externo da operação na Maré, estando presentes no local na hora da ocupação pelo Exército a fim de acompanhar “a lavratura de autos de prisão em flagrante, visitar constantemente a Delegacia de Polícia Judiciária Militar que será montada na região e acompanhar as reconstituições de crimes investigados em inquéritos policiais militares (IPMs)”. A procuradora Havelize Jordan defendeu a expedição de mandatos de busca e apreensão coletivos para uma melhor atuação do Exército nas favelas. Segundo a *Folha* e *O Estado*, as Forças Armadas iniciarão a ocupação, batizada de Operação São Francisco, no dia 07/04/14. Com o intuito de preparar o local para a chegada das Forças Armadas, a Polícia Militar entrou no complexo no dia 30/03/14, com apoio de veículos blindados e lanchas da

Marinha. Segundo *O Estado*, a primeira etapa da operação conta com 1,5 mil militares das Forças Armadas para patrulhar as ruas, efetivo que aumentará para 4 mil na segunda etapa. De acordo com a *Folha* e *O Estado*, o Comando Militar do Leste (CML) determinou, em reunião, que a Brigada de Paraquedista do Exército ocupará de maneira permanente o conjunto de favelas, sendo alocados três batalhões da brigada para essa ação. Segundo *O Estado*, estava previsto o uso de helicópteros de emprego geral da Força Aérea Brasileira (FAB) com observadores dotados de recursos eletrônicos avançados, além de três tipos de blindados da Marinha, sendo eles, o anfíbio Clanf, armados com metralhadoras duplas e lançadores de granadas, e para o apoio, os blindados M-113 e o Piranha. O ministro da Defesa, Celso Amorim, autorizou a ação da Marinha no dia 30/03/14 e determinou que os comandantes do Exército, general Enzo Martins Peri, e da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, "fiquem em condições de alocar recursos logísticos à Marinha do Brasil, se eventualmente necessários". (Correio Braziliense – Brasil – 22/03/14; Correio Braziliense – Brasil – 24/03/14; Correio Braziliense - Opinião – 24/03/14; Correio Braziliense – Brasil – 25/03/14; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/03/14; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 24/03/14; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 25/03/14; Folha de S. Paulo – Opinião – 27/03/14; Folha de S. Paulo – Cotidiano - 27/03/14; O Estado de S. Paulo – Metr pole – 22/03/14; O Estado de S. Paulo – Cotidiano – 22/03/14; O Estado de S. Paulo – Metr pole – 24/03/14; O Estado de S. Paulo – Metr pole – 25/03/14; O Estado de S. Paulo – Metr pole – 26/03/14; O Estado de S. Paulo – Metr pole – 27/03/14)

5- Marcha da Família com Deus Pela Liberdade teve reedi o

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 22/03/14 ocorreu uma reedi o da Marcha da Família com Deus Pela Liberdade de 1964. Naquele ano, a marcha foi uma resposta   mobiliza o encabeçada pelo então presidente da República, João Goulart, e contou com a participa o de cerca de 100 mil pessoas que tinham   frente o então governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Uma das organizadoras do evento atual, Cristina Peviani, afirmou que a marcha não pede "a institui o de uma ditadura", mas   uma homenagem aos "50 anos de uma data histórica muito bonita". Segundo Peviani, o país vive tempos difíceis e   preciso evitar a "cubaniza o" do Brasil. Celso Brasil, também organizador do evento, afirmou que o país hoje está em declínio e que durante o regime militar (1964-1985) ocorreu desenvolvimento e fortalecimento. Brasil afirmou que a repressão por parte do regime militar ocorreu apenas para uma parcela da popula o. Ao comentar o evento, a historiadora da Pont ficia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Carla Ferrete, relatou que a mesma ideia usada no passado   utilizada hoje para justificar a Marcha da Família: "  a fala de quem deu o golpe em 1964, que foi dado em nome da democracia e em nome da liberdade". Segundo Ferrete, essas seriam opiniões que defendem a resolu o dos problemas por modos não democráticos. De acordo com o jornal *O Estado*, a reedi o da Marcha teve baixa adesão. Na cidade de São Paulo, compareceram apenas 500 pessoas das 5 mil esperadas. (Correio Braziliense – Política – 22/03/14; O Estado de S. Paulo – Política – 23/03/14)

6- Lei da Anistia possui defensores e críticos no plano nacional

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, a Lei da Anistia (1979) é uma das poucas sobreviventes após a Constituição de 1988, apesar de ter sido questionada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2010 e atualmente, pela Organização dos Estados Americanos (OEA). O “esquecimento” e o “perdão” embutidos no escopo da lei são revistos por Comissões da Verdade por todo o Brasil. Apesar de sua vigência, o Ministério Público Federal investiga e leva ao tribunal casos ocorridos no regime militar, como o fez com o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra. Apesar das reivindicações, a Advocacia-Geral da União defende que a lei é uma conquista democrática e o Supremo Tribunal Federal se colocou contra a revisão. Segundo o *Correio*, a Anistia abriu caminho para redemocratização, mas sua promulgação ocorreu em um momento no qual parcela da oposição estava no exílio, na prisão ou cassada e o Congresso vivia em um regime bipartidário artificial com parte de seus deputados cassados desde 1964. O governo de então era marcado por representantes de um regime que reprimia manifestações e passeatas com violência e ameaçava entidades da sociedade civil. Em coluna opinativa à *Folha*, o general da reserva do Exército Rômulo Bini Pereira, 74 anos, criticou a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Segundo Bini, em suas investigações, a CNV tem feito uma campanha contra as Forças Armadas e exaltado como “heróis” militantes que se levantaram contra o regime militar através do terrorismo. Para o general, esse tipo de conduta revela que o argumento usado pela presidenta da República, Dilma Rousseff, de que a CNV não teria a proposta de revanche, mas sim a de conhecimento da história, é uma mentira. O militar alegou que esse “espírito revanchista” contraria a Lei da Anistia, que tinha a pretensão de significar uma reconciliação e um ponto final no regime militar. No dia 28/03/14, *O Estado* noticiou que a Organização Não Governamental Anistia Internacional agendou para o dia 01/04/14 o início de uma campanha pela punição dos agentes que assassinaram e torturaram militantes durante o regime. O movimento pretende recolher assinaturas para pressionar o governo a enviar ao Congresso Nacional um “projeto de lei que declare a anistia válida só para militantes que lutaram contra o regime”. De acordo com o diretor da organização, Átila Roque, “o fato de nunca termos julgado os torturadores é uma pedra no sapato da democracia brasileira”. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 24/05/14; Folha de S. Paulo – Poder – 28/03/14; O Estado de S. Paulo – Cultura – 22/03/14*)

7- Historiador comenta equívocos recorrentes no ensino sobre o regime militar

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, Daniel Aragão Reis, historiador e coordenador do quinto e último volume da uma coleção encomendada pela fundação espanhola Mapfre, em 2009, referente à história do Brasil de 1808 até os dias atuais, argumentou que a tomada de poder pelos militares em 1964 “exprimiou uma heterogênea aliança, reunindo líderes políticos, empresariais e religiosos, civis e militares, elites sociais e segmentos populares”, não sendo realizada apenas pelos militares. Tais grupos foram unidos pelo medo de reformas sociais de cunho esquerdista. Contudo, as concepções destes grupos a respeito do rumo do país eram bastante distintas, o que levou à dissociação e ao fato de que alguns segmentos sociais que apoiaram o movimento de 1964 passassem a opor-se ao regime posteriormente. Reis afirmou que a facilidade

com que o então presidente da República, João Goulart, foi destituído em 1964 deve ser melhor analisada, pois, a versão oficial de que os militares venceram por serem mais poderosos e a esquerda desorganizada não corresponde à realidade. O historiador afirmou que aqueles que tomaram o poder utilizaram-se do argumento de que a democracia e o cristianismo deviam ser defendidos contra o medo de que o Brasil cedesse ao comunismo. Reis afirmou que era preciso transformar a tomada de poder pelos militares em uma “revolução”, “e foi justamente o que fez a Junta Militar, em nome do comando da Revolução de 1964”. Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, Reis criticou a cronologia do regime militar, ressaltando que marcos cronológicos são “inventados pelos que pensam a história, segundo interesses determinados, embora nem sempre explicitados”. O historiador ressaltou que o regime militar começou no dia 30/03/1964 e não no dia 01/04/1964 como a maioria dos livros didáticos trazem. Afirmou também que o fim do regime militar não ocorreu com a mudança do governo “militar” para um “civil”, com a entrada de José Sarney na presidência da República em 1985. Segundo Reis, tal data foi utilizada para “ocultar, silenciar ou suprimir as conexões civis da ditadura”, que são visíveis desde 1964 com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, o apoio das instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). De acordo com Reis, a entrada de Sarney na presidência foi apenas uma “mudança molecular” que levou à Constituição de 1988, o verdadeiro fim da transição do regime militar para uma restauração democrática no país. (Folha de S. Paulo – Opinião – 26/03/14; O Estado de S. Paulo – Cultura – 22/03/14)

8- Pesquisador afirma que país continua “refém” das forças do regime militar

Em coluna opinativa ao periódico *Folha de S. Paulo*, Marcelo Ridenti, professor titular de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e co-organizador do livro “A ditadura que mudou o Brasil”, afirmou que o Brasil ainda continua refém das forças responsáveis pelo golpe que culminou no regime militar (1964-1985). Segundo o autor, tais forças impedem que o país proporcione mudanças para aprofundar a democracia política, em um sentido social e econômico. Ridenti defendeu também que o regime militar não deve ser tratado isoladamente, sendo um acontecimento histórico que originou diversas correntes analíticas, traço fundamental à compreensão da complexidade de cada conjuntura. (Folha de S. Paulo – Opinião – 23/03/14)

9- Forças Armadas atrapalham apurações sobre o regime militar

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, as Forças Armadas têm se recusado a responder aos ofícios solicitados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) e pelo Ministério Público Federal. De acordo com um levantamento feito pela *Folha*, a Comissão não recebeu nenhuma informação relevante das Forças Armadas, que apresentam informações superficiais ou incompletas. A CNV requisitou a relação de oficiais e bases militares que eram utilizadas como órgãos de repressão. Segundo procuradores, a falta de cooperação impede o andamento de inquéritos com o objetivo de questionar a Lei da Anistia (1979) em casos de desaparecimento forçado. Em entrevista à *Folha*, a cientista política Maria Celina D'Araújo criticou o silêncio das Forças Armadas acerca dos crimes cometidos

durante o regime militar (1964-1985). Segundo D'Araújo, os militares tratam os crimes como “segredos de Estado”, mesmo 50 anos após o golpe, e o sigilo das Forças Armadas não condiz com a democracia. A cientista política considera que, embora tardia, “a Comissão da Verdade está dando um passo importante”. (Folha de S. Paulo – Poder – 23/03/14)

10- Edição especial da *Folha* analisa regime militar

Em caderno especial sobre o cinquentenário da tomada de poder em 1964, o jornal *Folha de S. Paulo* resgatou que a memória do regime militar (1964-1985) ainda “incomoda” o país e os crimes do período são tratados com restrição pelas Forças Armadas. De acordo com o jornal, a transição democrática teve êxito, porém foi incapaz de conciliar as controvérsias decorrentes do golpe. A edição especial analisou a posse do então presidente da República, João Goulart, em 1961, já alvo de conspirações e considerado como um “agitador comunista”. O jornal apontou o apoio estadunidense para desestabilizar Goulart, no contexto da Guerra Fria, e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade como propulsora do golpe. A edição contou com uma abordagem histórica do regime, com ênfase na ascensão econômica brasileira e posterior estagnação. Também foram mencionados os crimes e torturas ocorridos no período, em particular as mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, ambos sob tortura. Em relação à imprensa brasileira, o jornal relatou que, no primeiro momento, houve apoio ao golpe, porém tal setor tornou-se crítico do regime e adquiriu papel relevante na redemocratização. Na década de 1980, com a proposta de uma “lenta, gradativa e segura distensão”, o impulso de movimentos populares, como as Diretas Já, e a articulação da oposição culminaram com o fim do regime e a eleição do primeiro presidente civil desde a tomada de poder pelos militares. Por fim, o jornal analisou a Lei da Anistia (1979), que “beneficiou militantes presos e torturados e livrou de punição os militares que haviam atuado na repressão”. O jornal finalizou a edição especial citando a Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2012, cuja finalidade é esclarecer crimes cometidos durante o regime. Contudo, o periódico apontou que tal comissão tem enfrentado dificuldades, como a reduzida contribuição das Forças Armadas e o fato de que muitos dos responsáveis por crimes e testemunhas já morreram. (Folha de S. Paulo – Especial – 23/03/14)

11- Contracultura durante o regime militar

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o campo cultural no período do regime militar (1964-1985) dividiu-se entre o engajamento político e a renovação estética. Nomes como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Glauber Rocha contribuíram com obras que capturavam as mudanças em curso no país, tais como “a impotência do intelectual militante, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e os disparates de uma sociedade que se debatia entre o arcaico e o moderno”. O *Correio* lembrou a tentativa feita pela cantora Joan Baez, símbolo da contracultura estadunidense, de se apresentar no Brasil na época do regime. Após ter se apresentado no Chile, durante o governo do general Augusto Pinochet, e na Argentina, sob a presidência do general Jorge Rafael Videla, Baez foi ameaçada de prisão caso insistisse em se apresentar no Brasil. Apesar do local reservado para o show, o auditório da

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ter extrapolado sua lotação máxima, a cantora não pode subir ao palco. Coube ao senador Eduardo Suplicy explicar ao público que as canções da cantora não haviam passado pela censura federal. (Correio Braziliense – Diversão e arte – 24/05/14; Folha de S. Paulo – Especial – 23/03/14)

12- Brasília durante o regime militar

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, moradores de dentro e fora do Plano Piloto de Brasília, capital federal, tiveram realidades diferentes durante o regime militar (1964-1985). Os moradores dos locais fora do Plano Piloto conviveram com a miséria e a falta de segurança, resultantes de “um ambiente muito hostil e violento, socialmente degradável e marginalizado”. Quanto aos brasilienses moradores do Plano Piloto, a censura e repressão eram evidenciadas com maior frequência. De acordo com o pesquisador do Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília (UnB), Marcos Magalhães, a presença do regime no cotidiano da cidade de Brasília era silenciosa, porém existente. (Correio Braziliense – Cidades – 23/03/14)

13- Dificuldades na investigação da morte de Anísio Teixeira

De acordo com o jornal *Correio Brasiliense*, a ausência de laudos e documentos sobre a morte do educador, jurista e escritor Anísio Teixeira dificultam as investigações da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Um exame considerado crucial para a investigação, feito no corpo de Teixeira, em 1971, não foi localizado. Oficialmente, a morte do escritor é declarada como acidental, em razão da queda em um fosso de um elevador no dia 11/03/1971. Segundo Carlos Antônio Teixeira, psiquiatra e filho de Anísio, o sentimento “é de total impotência”. Teixeira foi um dos fundadores da Universidade de Brasília (UnB) e, segundo o jornal, era considerado comunista pelos militares. (Correio Braziliense – Política – 23/03/14)

14- Primeiras unidades do blindado Guarani foram entregues

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, no dia 24/03/14 a 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada de Cascavel, no estado do Paraná, recebeu o primeiro lote com 13 unidades do blindado Guarani. Foi realizada uma cerimônia para o recebimento dos veículos, que representam a nova geração de couraçados médios sobre rodas que serão produzidos para o Exército. O blindado substituirá o veículo Urutu EE-11, usado para transportar tropas no Brasil e em outros 18 países clientes. O primeiro lote do Guarani equipará uma companhia de fuzileiros. Estima-se que o lote tenha custado R\$ 37,7 milhões, porém, o projeto prevê a entrega de 2.044 blindados até 2029, totalizando R\$ 6 bilhões na compra. A empresa Iveco Veículos de Defesa é a responsável pela produção dos blindados e já investiu R\$ 55 milhões na instalação de uma fábrica especializada na cidade de Sete Lagoas, no estado de Minas Gerais. O Exército e a Iveco compartilham a propriedade intelectual do projeto e pretendem desenvolver dez versões diferentes para o Guarani. O ministro da Defesa, Celso Amorim, considera que as possibilidades de exportação dos veículos são “acima da média”. Até 2022 a procura mundial por esse tipo de blindado chegará a 20

mil unidades, ou seja, um mercado de US\$ 30 bilhões. A Argentina, primeiro comprador internacional, receberá 14 unidades. (O Estado de S. Paulo – Política – 24/03/14)

15- Fernando Henrique Cardoso avaliou o ambiente político que precedeu o golpe de 1964

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, o ex-presidente da República e sociólogo Fernando Henrique Cardoso avaliou o ambiente político que precedeu a tomada de poder pelos militares, em 1964. Segundo o ex-presidente, havia uma certeza na esfera política de que um “golpe” seria dado, porém, a ideia mais comum era de que o “golpe” viria do governo do então presidente da República, João Goulart. A crença era que Goulart tomaria o poder para restabelecer o controle sobre seu governo. Apesar dos rumores, Cardoso alegou que Goulart não possuía condições militares para tal ação. De acordo com o sociólogo, a falta de comprometimento tanto por parte da direita quanto por parte da esquerda com as regras democráticas e com a autoridade do Congresso Nacional tornou o ambiente político mais tenso na época. Para Cardoso, o regime militar (1964-1985) foi popular em alguns momentos devido à modernização econômica que os militares realizaram, o que conquistou o apoio empresarial e de parte da população. Por fim, o ex-presidente avaliou que as guerrilhas organizadas na época falharam porque eram “frágeis e divididas” e não possuíam uma base social consistente para fazer o que pretendiam. Cardoso comentou, no seminário sobre os “50 anos do golpe de 1964” realizado no Serviço Social do Comércio (Sesc) da Consolação, na cidade de São Paulo, no dia 25/03/14, sobre sua vida e o que passou no dia antes do golpe. Nesse cenário, o ex-presidente ressaltou que se houvessem eleições em março de 1964, o ex-presidente João Goulart “provavelmente ganharia”, mesmo frisando não saber se houve pesquisa de opinião. (Folha de S. Paulo - Poder- 24/03/14; Folha de S. Paulo – Poder – 26/03/14)

16- A tortura durante o regime militar

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, apesar dos relatos imprecisos das vítimas de tortura colhidos pelo projeto Brasil Nunca Mais, foi possível diferenciar pelo menos 246 locais, espalhados por diversos estados, onde foram torturados, pelo menos, 1.843 presos políticos durante o regime militar (1964-1985). O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) aponta sete dependências militares usadas para tortura e foi enviado um pedido ao Ministério da Defesa para que investigue essas unidades. A professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e assessora da CNV, Heloisa Starling, coordena um estudo que confirma, até o presente momento, a existência de 36 locais de tortura. Outro estudo, feito pelo historiador Rubim Aquino, lançado em 2010, aponta para um número maior, com 212 endereços. Segundo o *Correio*, os números estão aquém da realidade, pois muitos presos eram orientados a não denunciar a violência em troca de negociar a liberdade. Uma das 1.843 vítimas contabilizadas pelo projeto Brasil Nunca Mais, a ex-militante Maria Madalena Prata Soares, lembra que foi levada grávida, junto com o filho de três anos, para o Colégio Militar, na cidade de Belo Horizonte, e em seguida para o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), em São Paulo. Madalena foi

poupada de tortura física enquanto o filho esteve com ela, porém, foi ameaçada diversas vezes em relação à integridade física da criança. Segundo a ex-militante, assim que a criança saiu da prisão e foi entregue aos avós a tortura começou. Devido aos ferimentos e surras, Madalena perdeu o filho que esperava. Foram necessários anos de terapia para superar e esquecer a violência sofrida. (Correio Braziliense – Política – 24/03/14)

17- Delegado Dirceu Gravina não comparece em depoimento à Comissão da Verdade

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o delegado de polícia Dirceu Gravina foi convidado pela Comissão Municipal da Verdade de São Paulo para depor, no dia 25/03/14, sobre sua atuação no Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) nos anos 1971 e 1972, durante o regime militar (1964-1985). Apesar de ter aceitado o convite e declarado que “há muito tempo espera a oportunidade de dar sua versão para os fatos”, Gravina desistiu de depor quando descobriu que a sessão seria aberta e contaria com a presença de jornalistas. Devido à recusa do delegado em comparecer, a Comissão Municipal pedirá ao governo do estado de São Paulo o afastamento imediato de Gavina do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 8. A comissão alega que não há possibilidade de que uma pessoa sobre a qual “pesam tantas acusações de torturas” continue ocupando o cargo de delegado. Gravina é acusado por ex-presos políticos de ter sido o chefe da tortura do DOI-Codi. Ele era conhecido como “JC”, codinome para “Jesus Cristo”, por ter cabelos compridos e usar uma corrente com um crucifixo. O delegado negou as acusações e disse ter sido “vítima tanto da esquerda como da direita”. (*Folha de S. Paulo* – Poder – 26/03/14; *O Estado de S. Paulo* – Política – 25/03/14; *O Estado de S. Paulo* – Poder – 26/03/14)

18- Colunista afirmou que a esquerda de 1964 era “uma ilusão”

Em coluna para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Arnaldo Jabour afirmou que a esquerda brasileira em 1964 era “uma ilusão”. Segundo o colunista, “existia uma ideologia que nos dava a sensação de que o povo do Brasil marchava conosco”. A população nem sabia que existíamos”. Para ele, era inexistente qualquer base para uma revolução, seja material, econômica ou armada, sendo que o que existia era apenas um sindicalismo dependente do então presidente da República, João Goulart. Jabour afirmou que o ano de 1964 foi “bom” para acordar o Brasil e “abrir cabeças”, levando a uma maturidade dessa esquerda então existente, a qual possuía objetivos e princípios, mas não os meios para alcançar tais propostas. (*O Estado de S. Paulo* – Cultura – 25/03/14)

19- Evento em homenagem a Zuzu Angel está programado em São Paulo

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, está programado para o dia 01/04/14, no Itaú Cultural, na cidade de São Paulo, a Ocupação Zuzu Angel, evento que contará com mostras, ciclos de cinemas e encontros com estilistas e especialistas, além de uma performance com atrizes que encenarão trechos do

livro *Minha Maneira de Morrer*. Durante as preparações para o evento foram encontrados arquivos de áudio que continham um lendário desfile-protesto realizado por Angel nos Estados Unidos da América (EUA). O desfile ocorreu na embaixada do Brasil nos EUA, em resposta à lei brasileira que proibia críticas ao país feitas por brasileiros no exterior, e foi um símbolo de sua luta contra o regime militar (1964-1985) e a exigência do direito de enterrar o filho, Stuart Angel Jones. Jones era militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e foi torturado e morto nas dependências do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, dado como desaparecido político. A estilista, que conseguiu chamar a atenção da imprensa internacional para a situação do Brasil no período, morreu em 1976 em um acidente automobilístico, o qual não foi esclarecido até o presente. (O Estado de S. Paulo – Cultura – 25/03/14)

20- Segundo jurista, regime militar não foi uma “ditadura”

Em entrevista ao periódico *Folha de S. Paulo*, o jurista Célio Borja argumentou que o regime militar (1964-1985) não deve ser chamado de “ditadura”. Tal conceito definiria a concentração de todos os poderes na figura do chefe de Estado, algo que segundo Borja não ocorreu no Brasil, pois o Congresso Nacional e o Judiciário mantiveram-se independentes. A definição mais cabível, segundo Borja, seria “regime de plenos poderes”. O jurista afirmou que a esquerda brasileira almejava implementar um regime semelhante ao de Cuba no Brasil e que, caso as Forças Armadas não tivessem tomado o poder em 1964, um golpe de esquerda seria orquestrado sob o comando do então presidente da República, João Goulart. Borja afirmou que a Constituição de 1976 era “um recomeço da vida constitucional” e que esse foi rompido pela instituição do Ato Institucional nº 5. Segundo o jurista, a tortura sempre esteve presente no Brasil, mas apenas quando foi usada contra presos políticos passou a receber importância. Borja defendeu ainda que a visão atual acerca do regime militar é “absolutamente distorcida”, pois os vencidos estão escrevendo a história do período com objetivos políticos. (Folha de S. Paulo – Poder – 25/03/14)

21- Apoio estadunidense aos militares em 1964

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, os Estados Unidos da América (EUA) e o ex-embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon, sempre negaram a existência da Operação Brother Sam. Entretanto, a liberação de documentos secretos e sigilosos estadunidenses vem comprovando a participação do país na tomada de poder pelos militares no Brasil em 1964, participação na qual Gordon possui papel significativo. Segundo a *Folha*, o ex-embaixador afirmou ao então presidente dos EUA John Kennedy que caso o presidente da República do Brasil João Goulart tivesse maiores poderes, se transformaria em um “ditador pessoal e populista”. Gordon constantemente transmitia informações alarmistas a respeito do Brasil à Washington. A Operação Brother Sam constituiu-se no encaminhamento de navios petroleiros à costa brasileira, porta-aviões, *destroyers*, cruzadores de apoio e 110 toneladas de armamento em munição, armas leves e gás lacrimogênio. Contudo, Goulart não apresentou resistência à tomada de poder pelos militares e a armada estadunidense não chegou a desembarcar no país. (Folha de S. Paulo – Política – 25/03/14)

22- Resquícios de 1964 em 2014

Em coluna para o periódico *Folha de S. Paulo*, Elio Gaspari afirmou que o golpe de 1964 mantém-se como fator de divisão na história política do Brasil e que alguns pontos da agenda daquele período permanecem no cenário político contemporâneo. Em sua opinião, a análise dos atos derivados de pensamentos autoritários cometidos no período anterior pode permitir “que se descubra, em 2014, o código genético do golpismo de 1964”. O primeiro desses atos consiste no desrespeito à vontade popular. O regime militar (1964-1985) instituiu a escolha do presidente da República de maneira indireta, sem participação do voto popular. O general Emílio Garrastazu Médici foi eleito presidente da República sem que se soubesse como tal escolha foi feita. Tais fatos ocorreram há 50 anos, porém, para Gaspari, em 2014 “a desqualificação do voto alheio” continua presente. O segundo ato consiste no fato de que em 1964 era saliente no Brasil o descontentamento com o Congresso Nacional e os políticos brasileiros. Era comum a ideia de que a população não escolhesse seus candidatos nas votações, existindo ainda quem apoiasse a instituição de uma Assembleia Constituinte para realizar reformas no país, ou até mesmo para permitir que o ex-presidente da República João Goulart fosse candidato a presidente novamente. Segundo Gaspari, tais características permanecem presentes em 2014 no cenário nacional e o que antes era chamado de “infiltração comunista no governo” hoje se refere ao mecanismo de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). (Folha de S. Paulo – Poder – 26/03/14)

23- Projeto “Opening the Archives” disponibilizou documentos sobre o regime militar

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o projeto “Opening the Archives”, parceria entre a Universidade Brown, dos Estados Unidos da América, e a Universidade Estadual de Maringá, no estado do Paraná, digitalizou e indexou materiais do Departamento de Estado e da Agência Central de Inteligência (CIA sigla em inglês) estadunidenses e os publicou na internet, tornando-os acessíveis a partir do dia 26/03/14. A maior parte dos documentos estava acessível somente nos Arquivos Nacionais estadunidenses. Foram publicados cerca de 2000 documentos e ainda faltam cerca de dez mil. Os arquivos ficarão disponíveis até o dia 10/04/14, quando a Universidade Brown os lançará oficialmente durante simpósio sobre o regime militar brasileiro (1964-1985). O historiador James Green, da Universidade Brown, disse à *Folha* que “o projeto oferece a possibilidade de uma análise mais detalhada sobre os contatos cotidianos entre os americanos e os brasileiros que assumiram o poder em 1964”. (Folha de S. Paulo – Poder – 26/03/14)

24- Periódico traça a evolução da participação política dos militares antes de 1964

Conforme o periódico *Correio Braziliense*, a deposição do então presidente da República João Goulart pelos militares em 1964 não está necessariamente associada a tentativas anteriores de tomada de poder. De acordo com avaliação do professor de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),

Rodrigo Patto Sá Motta, apesar de haver militares com projeto de poder antes de 1964, eram “marginais do sistema político”, ou seja, seriam grupos minoritários, tanto que não conseguiram impedir a posse de Goulart. Para Motta, no entanto, 1964 constituiu um cenário político distinto, pois os militares contavam com o apoio de outros setores da sociedade, o que contribuiu para que conseguissem tomar o poder. Segundo o professor de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Adriano Codato, Goulart, já possuindo desavenças com os militares quando era ministro do Trabalho do segundo governo do então presidente da República Getúlio Vargas (1951-1954), foi demitido por esse em 1954, que cedeu à pressão das Forças Armadas, as quais acusavam Goulart de arquitetar uma revolução comunista no Brasil. Apesar da demissão, Vargas acatou a proposta de Goulart, enquanto ministro, de dobrar o salário mínimo, gerando o Manifesto dos Coronéis, redigido pelo general Golbery de Couto e Silva, no qual “considerava um ultraje um trabalhador braçal ganhar quase o mesmo que um tenente”. De acordo com o *Correio*, tal fato deteriorou a relação de Vargas com os militares e os segmentos da chamada linha-dura pressionaram Vargas com a tentativa de transformar sua licença provisória em afastamento definitivo, tendo o então presidente se suicidado logo depois. Segundo o periódico, o presidente da República eleito em 1955, Juscelino Kubitschek, foi também confrontado pelos militares. A chamada Revolta de Jacareacanga em 1956, liderada pelo major Haldo Coimbra Velloso, juntamente com o capitão José Chaves Lameirão, tentou cooptar aliados na Aeronáutica para depor Kubitschek. A revolta, porém, foi facilmente controlada pelo governo. Em 1959, houve uma nova tentativa com a Revolta Aragarças, que foi contida em 36 horas e seus líderes fugiram para a Argentina, Bolívia e Paraguai. De acordo com a pesquisadora da Revista História da Biblioteca Nacional, Nashla Dahás, a posse de Goulart como presidente da República em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, desencadeou uma articulação entre militares, empresários, conservadores, liberais, setores da Igreja Católica e da grande imprensa. Para o filho de Goulart, João Vicente Goulart, Quadros renunciou quando seu vice estava em uma visita à China a fim de abrir espaço para três ministros militares – que foram signatários do Manifesto dos Coronéis em 1954 - assumirem o poder. Segundo o *Correio*, os militares tentaram impedir Goulart de tomar posse no governo, entretanto cederam quando o Congresso Nacional propôs a adoção do parlamentarismo, que passou a chefia de governo ao primeiro-ministro, Tancredo Neves. Segundo Motta, a reinstalação do presidencialismo por Goulart, que havia se fortalecido no poder naquele momento, levou à sua deposição em 1964. De acordo com o *Correio*, além das pesquisas relacionadas à participação das Forças Armadas na política anterior ao regime militar, um esforço vem sendo feito para entender o papel das grandes lideranças políticas durante a tomada de poder pelos militares. Ações como a deflagração precipitada da tomada de poder por parte do general Olympio Mourão Filho, que decidiu não seguir a operação que estava sendo organizada pelas Forças Armadas, estão sendo estudadas. Um personagem-chave no golpe foi o general Castelo Branco, que é apontado como a ponte entre os Estados Unidos da América e entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Houve ainda as personagens que defenderam a permanência de Goulart e a legitimidade de seu poder como Tancredo Neves, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. (*Correio Braziliense* – Política – 24/05/14; *Correio Braziliense* – Política – 27/05/14)

25- Ministro da Defesa fez declarações sobre as Forças Armadas

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 27/03/14, durante uma audiência no Senado Federal, o ministro da Defesa, Celso Amorim, afirmou que as Forças Armadas de hoje não tem relação com a que atuou durante o regime militar (1964-1985). Quando questionado sobre o caso do desaparecimento do ex-deputado federal Rubens Paiva, na época do regime, Amorim afirmou que o Brasil, “ao pagar as indenizações já, de certa maneira, pediu desculpa por tudo que ocorreu”. (Folha de S. Paulo – Poder – 28/03/14).

26- General da reserva foi entrevistado pela *Folha de S. Paulo*

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, o general da reserva Leônidas Pires Gonçalves, 94 anos, ex-comandante do Exército durante a transição democrática, afirmou que não houve mortes durante o regime militar brasileiro (1964-1985), mas que “eles [a esquerda] montam essas teorias”. Ao ser questionado sobre as torturas, não negou que tenham existido, mas argumentou que “você não controla a raça humana”. Em seguida, declarou que os militares seguem ordens, e que “contra bandido, você não pode fazer outra coisa”. Gonçalves defendeu o papel do Exército como “poder moderador, garantidor da lei e da ordem”, afirmando que não houve ditadores, mas “sucessivos presidentes eleitos”, pois o caráter indireto das eleições não as deslegitimam. (Folha de S. Paulo – Poder – 28/03/14).

27- Coluna opinativa critica movimentos de esquerda da época do regime militar

Em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Reinaldo Azevedo criticou os movimentos de esquerda da época do regime militar (1964-1985), caracterizando como “homicidas” os integrantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares). Alcançou de “vigaristas” e “oportunistas” os historiadores que, segundo o jornalista, usam a história de modo revanchista, além de usar expressões como “delírios do Araguaia”. Segundo Azevedo, os militares foram os únicos a defender a democracia em 1964. Em sua visão, “Getúlio virou um divisor de águas ideológicas na história inventada pelos comunistas, oportunistas e palermas e é o pai intelectual de João Goulart, o golpista incompetente deposto em 1964”. (Folha de S. Paulo – Poder – 28/03/14)

28- Militares são acusados de venda de munição a facção criminosa paulista

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, dois militares do Batalhão de Infantaria Leve de Campinas foram acusados de repassar cerca de 700 balas de fuzil pertencentes ao Exército para traficantes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Os acusados são o sargento Ivan Carlos dos Santos, de 40 anos, e o soldado Geraldo Júnior Rangel dos Santos, de 22, que respondem pelos crimes de peculato e furto. (O Estado de S. Paulo – Brasil – 28/03/14)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais);
Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex);
Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais);
Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais);
Laura MeneghimDonadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais);
Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)